

## DESAFIANDO A VIOLÊNCIA NO LAR

Maria José Magalhães<sup>1</sup>

---

Esteve em discussão e foi recentemente aprovada a mudança da lei portuguesa de crime semi-público para crime público no que se refere à violência contra as mulheres. Nesta comunicação, pretende-se levantar algumas questões sobre este tipo de violência que degrada e destrói a sociedade portuguesa e as vidas das mulheres, reflectir sobre mudanças das representações sociais face à violência contra mulheres na família e levantar algumas questões sobre o que tem sido a intervenção realizada neste âmbito, discutindo algumas ideias para o campo de acção do movimento feminista em Portugal.

A recente história das mulheres portuguesas mostra que a mudança da lei não é suficiente, em Portugal, para mudar a opressão das mulheres. Manuela Silva (1999; 2000), Ana Maria Braga da Cruz (2000) e outras autoras têm desenvolvido este aspecto.

É neste contexto político para as mulheres, neste momento da “internalização da igualdade de género nas políticas públicas”, que me disponho a discutir um aspecto crucial que consiste na “violência contra as mulheres” no seio de contexto familiares, sociais e de trabalho em mudança. Trazer esta discussão sobre a “violência contra as mulheres” tem o sentido de aqui discutir a problemática das relações familiares em Portugal e os eixos em que podemos identificar as mudanças que se têm ou não efectuado. Como afirma Ulrich Beck:

“determinar as relações de género apenas por aquilo que elas parecem ser — relações entre os sexos envolvendo tópicos como sexualidade, afecto, casamento, parentesco e por aí diante — é falhar no reconhecimento de que, para além disso, elas são também simultaneamente algo mais: trabalho, profissão, desigualdade, política e economia. É esta desequilibrada mistura de tudo, independentemente de quão díspar, que torna a questão tão difícil. Quem quer que discuta sobre a família tem também de discutir trabalho e dinheiro, e quem quer que discuta sobre casamento tem também de discutir formação, profissões e mobilidade e especificamente sobre distribuição desigual apesar dos actuais pre-requisitos de igualdade” (Beck 1992: 103).

O conceito de “violência contra as mulheres” surge na sequência da chamada ‘segunda vaga’ dos movimentos feministas, também designados ‘novos movimentos de mulheres’, com maior proeminência nos EUA, Alemanha e Grã-Bretanha. Como firma Carol Hagemann-White (1998), na Alemanha dos anos 1970, o conceito emergiu em oposição a outros de carácter mais *técnico* e falsamente neutros como “violência no casal” ou “violência familiar”, evidenciando o carácter patriarcal da sociedade industrial:

“O conceito de “violência contra as mulheres” consistia numa posição de que a violação e o espancamento não são causados pela personalidade individual ou padrões de comportamento individuais, mas estão enraizados na sociedade patriarcal. A sua violência nega a individualidade da vítima, reduzindo-a ao facto de ser mulher e, por isso, violável, violentável: é isto que magoa/feri todas as mulheres quando se ataca uma. A violência contra as mulheres não emerge no lado negro de uma sociedade largamente civilizada, mas exactamente no seu centro; não contradiz a norma de tal forma que a estende até às suas consequências lógicas” (Hagemann-White 1998: 178).

<sup>1</sup> FPCE-UP

O fim dos anos 1990 e a alvorada do novo milénio coloca na ordem do dia o *mainstream* das questões da igualdade de género e, conseqüentemente, também da violência contra as mulheres. Um dos aspectos essenciais desta estratégia de *mainstreaming* diz respeito ao alargamento da legitimidade da intervenção feminista, embora, nas palavras de Hagemann-White, isto traga consigo o que ela designa como ‘divisão do discurso segundo o género’:

“O *mainstream* do que parecia um conceito oposicional acentua o que tem sido uma divisão do discurso segundo o género. E de facto, o tornar pública a violência privada é um grande contributo no sentido de levantar a consciência política colectiva das mulheres enquanto grupo”<sup>2</sup>. (Hagemann-White 1998: 178)

A autora enuncia também outros serviços de apoio:

“Em menor número, temos também uma variedade de outros projectos: centros de aconselhamento feminista, linhas telefónicas abertas sobre violência sexual, ‘taxis nocturnos’ subsidiados pelos dinheiros públicos para segurança das mulheres, programas de televisão informativos. São também cada vez mais frequentes os serviços e centros de crise para raparigas vítimas de abusos sexuais (ou para raparigas e rapazes); os governos municipais e os jornais locais discutem, como assuntos políticos sérios, a segurança dos parques de estacionamento e os efeitos do planeamento urbanístico no sentido das mulheres sobre a sua segurança pessoal.” (Hagemann-White 1998: 178)

No entanto, a estratégia *mainstreaming* impõe também uma ‘normalização’ da violência e um paradigma da individualização na intervenção para mudar este estado de coisas. A estratégia pressupõe, e o caminho em Portugal aponta nesse sentido, a identificação do homem (indivíduo) agressor, a sua acusação e punição por actos que, por suposto, a comunidade rejeita, não deixando de levantar questões de como é que se aceita teoricamente que, por um lado, é a sociedade patriarcal que produz este tipo de relações e, por outro, se encontra a solução pela via legal que é por excelência a individualização do culpado.

Como primeiro ponto de reflexão sobre a realidade portuguesa, trazemos a esta discussão um excerto de uma das entrevistas que realizámos e que nos mostra o carácter económico e o contexto da relação contratual de trabalho em que a violência do marido sobre a esposa se inscreve.

---

<sup>2</sup> Segundo esta mesma autora, o alargamento da consciência pública sobre esta questão deu origem a que “um número considerável de actividades, projectos, centros e redes para mulheres e para raparigas emergiram, e muitos obtiveram financiamento temporário ou permanente. Na Alemanha, com uma população de 81 milhões de habitantes, existem agora mais de 375 abrigos para mulheres espancadas.” (Hagemann-White 1998: 178). Com uma regra de “3 simples”, em Portugal, com 11 milhões de habitantes, deveríamos poder encontrar mais ou menos 50 (cinquenta!) abrigos para mulheres espancadas.

### “Andava muito contente, porque tinha tudo feito!”

— Portanto, eu casei-me e, aí, dois anos correu tudo muito bem. Portanto, veio o primeiro filho, correu tudo maravilhosamente. Pronto. Depois... Pronto, eu fazia tudo. Vim para aqui e fazia tudo. Quer dizer, se fosse preciso prender as vacas, ir buscar um carro de mato ou um carro de erva, tudo, eu fazia isso sozinha. Sozinha. E ele habituou-se a isso. Habituou-se a isso. Depois, veio o segundo o filho, claro, eu já não podia fazer tanto isso, não é? Porque a minha vida já era outra.

(...)

Portanto, eu, depois, já não podia fazer isso tudo o que fazia. Ele [até aí] andava muito contente, porque tinha tudo feito, não é? Ele podia ir dar um dia ou fazer isto ou aquilo, porque chegava e tinha tudo feito. Já tinha tudo *¿em palhares¿* tudo arrumadinho. Depois, um dia, ele começou a ficar chateado porque eu fiquei grávida do segundo filho e já não podia trabalhar como devia ser. Eu não me alimentava direito. Prontos, bem... Porque enjooei muito e prontos... Depois aí, ele começou: “ai, e tal...” Uma vez, estávamos num campo bastante longe daqui e ele: “então, tu não fazes nada” e não sei quê não sei que mais. E eu disse: “olha, eu não faço porque eu não posso, porque eu não posso. A gente vai até onde a gente pode, não é?” E tal. Mas ele: “É, mas tens que fazer, ...” e não sei quê, não sei que mais. “tens que fazer”. Começou a marcar o campo. Começou a marcar o trabalho comigo. Começou a fazer um risquinho lá no meio da leira, “metade para ti, metade para mim; tu fazes aquela parte e eu faço esta”. E eu lá andava, pimba, pimba, pimba. Mas claro, muito mais cá para trás, não é? Ele já lá andava a chegar ao cabo e eu ainda ia a meio: não podia! Depois, aí ainda levou muito tempo ele a bater-me e assim ainda levou um bocado de tempo. Mas começou... apanhou-me assim de ponta, porque ele achava que eu não trabalhava por não querer trabalhar. “Malandra, caloira...” Chamava-me para aí quantos nomes havia. Pronto. Depois começou o problema em casa.”

(Excerto da Ent3)

Este excerto constitui uma pequena parte de um conjunto de várias entrevistas em que toda uma história de espancamentos (dela e das crianças) se resolve quando ela decide pôr fim à pancadaria aos filhos: “Não bates mais nos meus filhos!” Enfrenta-o e põe fim à violência no seu lar, não sem um conjunto de peripécias que não há tempo para aqui contar.

Como podemos aperceber-nos, a violência que começa tem o propósito de conseguir que ela trabalhe o que tem de trabalhar. Como afirmam Dobash e colegas, a violência é propositada, isto é, tem um propósito, *violence is functional and purposeful*:

“Enquanto muitos homens clamam falta de conhecimento e controlo no que diz respeito ao seu uso de violência — “é um mistério”; “aconteceu, simplesmente” — alguns, de facto, articulam o que pretendem obter através do seu uso e reflectem sobre se foram bem sucedidos ou não em atingir aquele fim. Neste sentido, a violência é funcional mesmo quando alguns dos que perpetraram violência possam não estar conscientes sobre o que pretendem conseguir com isso. Mas, embora muitas vezes eficaz para conseguir objectivos de curto prazo, a violência pode também ser muito custosa de formas que são menos prováveis de admitir antecipadamente. Assim, a violência pode funcionar para conseguir propósitos específicos, imediatos, todavia, pode também falhar na medida em que parceiros e crianças podem distanciar-se do agressor e eventualmente abandoná-lo.” (idem 2000: 35)

No enquadramento da entrevista a que pertence o excerto que apresentámos, levantam-se algumas reflexões sobre eventuais mudanças face aos anos 1970 e 80.

i) Apoio à vítima:

- a solidariedade da família da mulher (a cunhada, pai, mãe, irmão, sobretudo depois de ela ter agredido o marido);

- atenção e algum apoio das técnicas ligadas ao Estado — professora, psicóloga, especialista nas crianças com necessidades específicas (ensino especial, apoios educativos), que denunciaram a violência contra as crianças;
- algum apoio, ainda que muito ténue da família *dele*: do irmão do marido, seu cunhado, do sogro (atento à nora, recolheu-a uma das vezes quase em coma no monte e levou-a ao hospital);
- algum apoio das vizinhas, embora só depois do seu regresso (até que ela bateu no marido e se foi embora, nenhuma (e nenhum) se manifestou nem a apoiar nem a desapoiar).

Apoio ao agressor: apenas a mãe dele.

Há algumas décadas atrás, a sociedade portuguesa aceitava este tipo de violência, legitimada por provérbios (“entre marido e mulher, não metas a colher”), crenças, atitudes; aceite e reforçada por algumas mulheres, questão onde a religião também jogava um papel importante. Até que ponto as mudanças são significativas, não é muito evidente, mas algumas alterações são tenuemente visíveis.

No entanto, é também relevante analisar que a mulher não sabe que tem o apoio da vizinhança: por um lado, não há consciência nem militância feminista por estas bandas, por outro, a vida dura que levam deixa-lhes pouco tempo e espaço para conversarem umas com as outras e aprofundarem laços de vizinhança<sup>3</sup>.

### **Algumas questões sobre a intervenção**

No que se refere à intervenção, é importante realçar que, em Portugal, ela não tem sido pensada numa estratégia de emancipação das mulheres para acabar com a sua opressão, portanto, imbuída de consciência feminista, antes, articulada com concepções relativamente “caridosas”, aparentemente neutras em termos de género e de classe, de que a violência é má. Isto tem levado a que o trabalho levado a cabo neste âmbito esqueça ou ignore as questões de poder entre homens e mulheres e não reflita na importância de intervir junto das comunidades no seio das quais esta violência era, pelo menos há 25 anos atrás, considerada não só legítima como, por vezes, desejada. Algo parece ter mudado a este respeito em Portugal. No entanto, a reflexão feminista não chega até sectores importantes da sociedade portuguesa e a intervenção neste campo vai continuar a ser deixada aos/às técnicas que farão o melhor que sabem, mas sem articular uma consciência da opressão das mulheres por serem mulheres, isto é, nas relações patriarcais que se cruzam com as relações capitalistas, todavia, umas e outras, dinâmicas.

Nesta reflexão, apresenta-se o testemunho de um professor, escrito por sua própria iniciativa, face ao conhecimento de uma situação de espancamento regular e sistemático de uma mulher pelo marido e familiares do marido.

<sup>3</sup> Aliás, a entrevista deixa claro que ela pensava, mesmo, que elas estavam contra ela e, por isso, quando viu o marido por terra, fugiu para o fundo da aldeia e foi a uma cabine telefonar à cunhada. Também é necessário dizer que ela não nasceu na aldeia, veio de outra aldeia.

**“Uma história recente que sensibilizou**

(...)

Esta experiência passou-se na escola X. Ano de 199x, Setembro, Local Y, sou colocado nos ‘apoios educativos’ na escola X. Um dia frio deste mês, ao subir as escadas da escola, encontro uma criança de seis anos, com os sapatos debaixo dos braços e sem meias.

— Então, andas cheio de frio e com os sapatos debaixo dos braços?

— Sr. professor, não ‘tou habituado.

(...) Contactei, então, a irmã, no sentido de a mãe vir à escola para conversar um pouco comigo. Passados uns dias, chega a mãe para falar. Ao fim de breves instantes, verifiquei que esta se encontrava em estado de embriaguez e com o rosto marcado pela violência de uma agressão. (...) Num segundo e terceiro encontro, nas semanas seguintes, soube que as agressões físicas de que era alvo eram perpretadas, não só pelo marido, mas também pelos restantes membros da família. Dizia ela:

— Eles são todos família e eu sou a única estranha.

O marido não trabalhava. Em casa, apenas um cunhado ‘dava umas horas’ ou ‘uns dias’ na construção civil, para arranjar algum dinheiro para comerem e beberem. A casa só tinha um quarto e, embora fosse barraca, não tinha condições para todos lá viverem. (Tive suspeitas de que algumas agressões eram originadas por pressões sexuais por parte de alguns membros daquela família.)

ZZZZZ, professor (DEPOIMENTO 21-1ª parte)

**“Uma história recente que sensibilizou (cont.)**

Perante este cenário e não contando todos os pormenores, pensei que, talvez libertando-a do estado de permanente embriaguez, ela pudesse dar novo rumo à sua vida. Assim, tentei convencê-la a fazer um tratamento. Ao fim de alguma insistência, ela concordou que estava disposta a tudo nesse sentido. Depois contactei a assistente social da área e a responsável da Protecção de Menores que funciona no Tribunal do Local Y. Depois de algumas reuniões, estas conseguiram um lugar, gratuito, no Local Y, onde se faria o tratamento. As assistentes sociais, através de contactos com a senhora, comigo e com a escola, foram preparando toda a operação, sem descuidar os aspectos com as crianças, durante os 15 dias de ausência da mãe.

Em meados do mês de Maio, a senhora foi internada na clínica.

No mês de Junho, depois de sair da clínica, foi à escola. Não parecia a mesma. O rosto pálido em nada se parecia com as faces ‘rosadas’ que sempre mostrara. Mal se percebia o que dizia. Quando cruzava alguém na rua, evitava dizer ‘bom dia’, porque sabia que não a perceberíamos. Passe a expressão, ‘parecia um zombi’. Andava lentamente, percorrendo linhas curvas.

Embora conversasse com ela, eu sabia que ela me evitava. Pensei que era fruto dos medicamentos que tomara. E seria certamente. Passados alguns dias, passaria.

Não passou. Eu fui de férias, ela regressou a casa, à mesma casa, à casa que conhecia. Para XX, não podia regressar, e naquela casa já tudo era conhecido: os maus tratos, a violência, o álcool. Creio que voltou a beber.

Quando voltei à escola, corria o mês de Setembro, estava frio e ela no leito. O filho já andava de ‘sapatilhas’, já comia com garfo, mas, no fim desse mês, ficou sem mãe.

O objectivo principal do processo falhou. Raio de vida!”

ZZZZZ, professor (DEPOIMENTO 21-2ª parte)

O depoimento deste professor é sobre uma mulher alcoólica que morreu depois de eles e elas (técnicos: professores, assistentes sociais, psicólogas) terem insistido que ela fizesse uma desintoxicação do álcool. Era uma mulher espancada, mas acharam que era ela quem devia ser tratada! Segundo este depoimento, ela era espancada pelo marido e irmãos deste, maus tratos que, provavelmente, envolveriam violação. Mas, implicitamente, o que fica claro é a insistência da escola sobre aquela mulher, considerada negligente com os filhos e como acharam que a

negligência tinha a ver com o álcool, insistiram que ela se fosse tratar. Ela foi e veio. Pouco depois suicidou-se.

Nesta reflexão sobre a intervenção, o testemunho de outras experiências podem contribuir para pensarmos sentidos e direcções para onde a encaminhar. Assim, Carol Hagemann-White (1998) analisa o que mudou desde os anos 1970 até aos anos 1990, na Alemanha, no que se refere à forma de encarar a violência contra as mulheres:

“Não é que a violência relacionada com o género ou a violência sexual não existisse para os serviços sociais, legais, de psicologia ou de sociologia. Em vez disso, o que se passava era que os actos violentos eram percebidos como parte de um problema com outro nome e misturados nessa amálgama. Assim, quando as mulheres batiam nas suas esposas, isso era apenas um exemplo do conflito conjugal, ou talvez um aspecto da destruição do núcleo familiar, em conjunto com o alcoolismo, a negligência das crianças e o divórcio; e, de facto, o termo, ‘casal violento’ [ou violência no casal ou violência conjugal] podia suprimir por completo quem batia em quem. A violação tornava-se uma forma particularmente aberrante de sexualidade ou um caso especial de comportamento desviante ou criminal, convidando à comparação entre diferentes tipos criminais. (...) Como eram diferentes no contexto, o acto de violência mantinha-se difuso, porque não era, em si mesmo, conceptualizado como sendo o problema. Isto mudou profundamente, resultando, pelo menos na Alemanha, numa consciência genuinamente nova da violência genderizada como problemática...” (1998: 180).

Segundo a sua análise, o que ela diz para os anos 1970 na Alemanha é válido para analisar o que o depoimento deste professor nos deixa conhecer da intervenção que, nesta matéria, se fazia ainda nos anos 1990, em Portugal. Importa dizer que, por cá, apesar de tudo, algo mudou: é um professor que toma a iniciativa de escrever este testemunho, sem ser solicitado, consciente de que é necessário reflectir sobre como devem os técnicos intervir no terreno em situações semelhantes. Há vinte anos atrás, isto nem sequer teria sido escrito.

É nesse sentido que Dobash, Dobash, Cavanagh e Lewis (2000) fazem uma reflexão global sobre o estudo e a intervenção junto de homens violentos que espancam e maltratam mulheres. Segundo estes/as autores/as, quando os homens falam de violência, geralmente verbalizam “uma condenação dos que maltratam as mulheres mas, muitas vezes, a esta condenação seguem-se afirmações desculpabilizantes relativamente a circunstâncias específicas em que a violência pode ser usada e considerada legítima” (2000: 34). Para Dobash, Dobash, Cavanagh e Lewis, isto apresenta um dilema tanto para a/o investigador/a como para quem desenha ou faz intervenção, na medida em que “precisam de se mover das posições socialmente aceitáveis ou socialmente desejáveis de que a violência é errada para a realidade vívida em que é aceitável bater na mulher quando ela se envolve em algum comportamento julgado pelo homem como indesejável ou inaceitável para ele ou para outros no seu círculo de amigos. Padrões semelhantes de pensamento e de comportamento aparecem também entre os homens que violam mulheres ou abusam sexualmente de crianças.” (pág. 34-5) E mais uma vez, a questão do *mainstreaming* surge, então, como importante no espaço que deixa para o campo feminista e para o equacionamento de uma sociedade justa para homens e mulheres:

“O paradoxo do *mainstreaming* agarra a questão da violência e parece inerente aos movimentos feministas numa sociedade moderna. O feminismo ganha legitimidade social e política quando as questões ressoam num público mais alargado, embora cada ‘sucesso’ faça gerar ambivalência entre quem está mais perto das realidades do

problema e a sua típica resposta em enfatizar a sociedade patriarcal pode acabar na confirmação do que o movimento pretendia mudar. A dinâmica potencial de tais desenvolvimentos é muitas vezes completamente invisível às activistas nas situações locais concretas: a este respeito, a interacção entre a pesquisa e o trabalho prático pode provar-se valiosa para ambos os lados.” (Hagemann-White, idem: 189)

### **Bibliografia:**

BECK, Ulrich (1992) *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres: Sage Publications.

BRAGA DA CRUZ, Ana Maria (2000) “Algumas reflexões sobre o plano para a igualdade”, in *Ex Aequo*, nºs 2/3, pp 93-100.

DOBASH, R. Emerson; DOBASH, Russell; CAVANAGH, Kate e LEWIS, Ruth (2000) *Changing Violent Men*, Califórnia: Sage Publications.

EVANS, Mary (1997) *Introducing Contemporary Feminist Thought*, Cambridge: Polity Press.

FERREIRA, Virgínia (2000) “A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal”, in *Ex Aequo*, nºs 2/3, pp 13-42.

HAGEMANN-WHITE, Carol (1998) “Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions, and perspectives of the feminist movement in Germany”, in KLEIN, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge, pp 176- 191).

SILVA, Manuela (1999) *A Igualdade de Género. Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*, Lisboa: CIDM.

SILVA, Manuela (2000) “Internalizar a igualdade de género nas políticas públicas: um caminho em aberto”, in *Ex Aequo*, nºs 2/3, pp 43-52.